



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Atos do Prefeito

OF.GAB nº 012/2022 - Niterói, 05 de janeiro de 2022.

Exmo. Sr.

Vereador MILTON CARLOS DA SILVA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Niterói

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento do Ofício/AUT/Nº 101/2021/S.M.D.C.P., encaminhando o Projeto de Lei nº 402/2021, que "Altera o art. 21 da Lei 726/1988 que trata dos animais sinantrópicos".

Ao restituir a via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que VETEI INTEGRALMENTE o Projeto de Lei, pelas razões em anexo.

Atenciosamente,

Axel Grael - Prefeito

RAZÕES DE VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 402/2021

Vejo-me instado a vetar integralmente o Projeto de Lei nº 402/2021 aprovado por essa Egrégia Casa Legislativa, que altera o art. 21 da Lei 726/1988 que trata dos animais sinantrópicos.

Inicialmente, importa destacar, que à luz do que dispõe a Constituição Federal de 1988, que garante a autonomia e independência dos entes da Federação, uso de bens públicos é matéria de interesse local e, especialmente, em se tratando de bens imóveis, de atribuição do ente que ostenta a condição de proprietário.

Sendo assim, cabe assinalar que a proposta está inserida no âmbito da competência legislativa do Município de Niterói para legislar a respeito da administração dos próprios municipais.

No que tange à iniciativa para a apresentação da proposta de alteração legislativa, cumpre esclarecer que, à luz do princípio da separação de poderes (art. 2º CF/88), bem como as disposições previstas no artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, em simetria ao artigo 112, parágrafo 1º, alíneas "a" e "d" da Constituição Estadual e ao artigo 49, inciso I e III da Lei Orgânica do Município de Niterói, é competência privativa do Chefe do Executivo e a gestão da cidade.

Desse modo, em tese, será incompatível com o princípio fundamental da separação de poderes a imposição pelo Poder Legislativo, via projeto de lei de iniciativa parlamentar, de uma política pública que cria para o Poder Executivo obrigação quanto à execução de atos típicos de gestão administrativa, determinando alteração das dinâmicas internas dos órgãos da Administração Pública e/ou importe em maior custo no orçamento de cada órgão administrativo tanto para a aplicação da nova lei bem como para a fiscalização de seu fiel cumprimento.

Conforme destaca a doutrina especializada, os animais sinantrópicos são animais que:

(...) convivem com o ser humano independentemente de sua vontade, normalmente contra, pois os habitats humanos urbanos ou rurais são propícios para o seu aparecimento. Diferenciam-se dos animais parasitas, para este tipo de classificação, porque não vivem no corpo de animais vivos, inclusive do homem. São eles insetos (Marchiori et.al, 2000)11, aracnídeos; pequenos mamíferos, como o camundongo (*Mus musculus*) (Brasil, 1998); aves, como o pombo (*Columba livia*) (Brasil, 1998); répteis, como a lagartixa (*Hemidactylus mabouia*) (Ihering, 2002); anfíbios, como as pererecas (*Hyla sp.* e *Phyllomedusa sp.*) (Ihering, 2002), até primatas que, por exemplo, atacam plantações em busca de alimento (Ludwig et. al., 2006)

São aqueles animais que, como vetores, são responsáveis pela disseminação das zoonoses, justamente por isso, a obrigação do Poder Público municipal de manter suas propriedades limpas e sem a presença de animais sinantrópicos, em essência, independe da positividade explícita na forma da proposta legislativa sob exame.

O compromisso do Poder Público municipal com a garantia e a preservação da saúde pública decorre diretamente da Constituição Federal.

Por outro lado, não há discricionariedade no que tange a conservação do patrimônio público. A Administração Pública, seja ela Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, tem o dever de zelar pelo patrimônio que ostenta, estando obrigada a agir para garantir a conservação e a manutenção das suas propriedades, bem como dos bens públicos em geral.

Cumpre ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal revela esse compromisso com a conservação do patrimônio público ao estabelecer dentre as restrições para inclusão de novos projetos nas leis orçamentárias, a garantia das despesas necessárias à conservação do patrimônio público

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

Vale ressaltar que a redação atual do artigo 21 da Lei Municipal n. 726/1988 já estabelece para a Administração municipal a obrigação de adotar as medidas necessárias à manutenção das suas propriedades limpas e isentas de animais da fauna sinantrópica. Sendo assim, eventuais dúvidas recaem sobre as inovações legislativas previstas nos parágrafos que o projeto de lei pretende incluir no referido artigo.

Especificamente em relação ao §1º, a simples leitura da proposta revela a intenção de estabelecer parâmetros para as medidas que podem ser adotadas com a finalidade de dar cumprimento à obrigação insculpida no *caput* do artigo 21.

A preocupação com a segurança de animais domésticos ou não é legítima e encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio. Do ponto de vista da jurisprudência dos tribunais, cabe destacar que a inobservância dos deveres de cuidado pode, caso acarrete danos a terceiros, inclusive, implicar a responsabilização civil do agente causador do dano verificado.

Contudo, a redação da proposta de §1º é bastante restritiva. A utilização dos termos "(...) total segurança, impossibilitando a contaminação (...)" pode, na prática, inviabilizar a adoção de medidas voltadas ao combate em logradouros públicos de vetores de doenças graves. Considerando os riscos inerentes as estratégias de combate à fauna sinantrópica, garantir "total segurança" aos animais domésticos pode traduzir-se em exigência desproporcional.



No que concerne à previsão disposta na proposta de §2º, essa revela-se imprecisa uma vez que não define de forma suficiente e necessária a quem deverá ser imposta a sanção que estabelece.

Resumindo, a redação proposta para o §1º do artigo 21 da Lei municipal n. 726/1988, aparentemente, pretende afastar absolutamente a possibilidade de utilização de estratégias que representem qualquer grau de risco para animais domésticos.

Por revelar-se imprecisa uma vez que não define de forma suficiente e necessária a quem deverá ser imposta a sanção que estabelece, a previsão disposta na proposta de §2º não é compatível com os preceitos constitucionais que norteiam o direito administrativo sancionador.

Pelo exposto, **VETO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei nº 402/2021.

Portaria

Port. 07/2022 - O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI no uso de suas atribuições e, **Considerando** o disposto na Lei nº. 2528 de 4 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a criação, instituição e funcionamento do Conselho Municipal de Juventude;

Considerando a promoção da participação social ativa e necessária para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude;

Considerando o Edital de Convocação de Eleição da Sociedade Civil para o Conselho Municipal de Juventude publicado em 27 de fevereiro de 2021 e resultado do pleito publicado em 19 de outubro de 2021

Considerando chamamento público às entidades habilitadas do pleito à alocar nomes de seu desejo à atuação no Conselho Municipal de Juventude publicado em 19 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021

RESOLVE:

Art. 1º. O Conselho de Juventude no biênio 2022-2023 será composto pela sociedade civil pelos seguintes nomes indicados pelas entidades habilitadas do pleito, nos termos da Lei nº 2528/2008, art. 8º.:

I - João Pedro Boechat, representante da Associação Atlética Acadêmica Camillo Guerreiro;

II - Wendler de Souza Ferreira, representante da Juventude Socialista Brasileira do PSB;

III - Luiz Erivan Verçosa de Queiroz, representante do Instituto Dom Orione;

IV - Nathália Rocha Barros Costa, representante do Instituto Casa da Juventude;

V - Renan Rodrigues Dutra, representante da Arquidiocese de Niterói Pastoras Sociais;

VI - João Pedro Martins Maciel, representante da Juventude Socialista Niterói;

VII - Joseph Hamilton Azevedo, representante da Rede do Conhecimento;

VIII - Luciano Paulino Simpício, representante da Associação Experimental de Mídia Comunitária;

IX- John Josivan Coelho Barbosa, representante do Movimento Rua - Juventude Anticapitalista;

X- Gabriel Ianzer Faria, representante do Movimento Mutirão do Bem Viver;

XI - Milton Luiz Vieira Araujo, e Joanna Alves Dutra, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Instituto Rumo Náutico;

XII - Carlos Rodrigues da Silva, representante do Espaço Cultural da Grota;

XIII - Matheus Carvalho da Fonseca, representante do Projeto Social Favela & Arte;

XIV - Luan dos Santos Marques Leandro, representante do Movimento Negro Unificado;

XV - Marcos Felipe Nascimento Teixeira, representante do Diretório Central dos Estudantes;

XVI - Carla Oliveira Cruz, representante do Levante Popular da Juventude;

XVII - Leonardo Batista Nogueira, representante da Associação de Moradores do Capim Melado.

Art. 2º. O Conselho de Juventude no biênio 2022-2023 será composto por representantes do Poder Público municipal, nos termos da Lei 2528/2008, art.º 5 § 2º, pelos seguintes nomes:

I - Wesley Eduardo Dos Santos Oliveira e Jéssica Pereira Barbosa, titular e suplente, respectivamente, representantes da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude;

II - João Pedro Boechat e Matheus Quintão e Silva, titular e suplente, respectivamente, representantes do Gabinete do Prefeito;

Parágrafo Único: o titular é homônimo e não o referido no art 1º, item I, desta portaria.

III - Felipe Casado de Mattos, representante da Secretaria de Saúde;

IV - Nívea Beatrice Belangieri Rodrigues, titular, representante da Secretaria de Educação;

V - Jersey Simon da Silva Ferreira e Luciana Barros do Nascimento, titular e suplente, respectivamente, representantes da Coordenadoria de Políticas de Igualdade Racial;

VI - Monique Seabra Melo Oliveira e Lourenço Sertã de Almeida, titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria de Direitos Humanos;

VII - Bianca Gomes de Araújo e Maria Julia Dias Rodrigues, titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária;

VIII - Gustavo Henrique Dias Melo e Cid de Souza Pinto Júnior, titular e suplente, respectivamente, representantes da Coordenadoria de Trabalho e Renda;

IX - Maria Carolina Fernandes de Campos e Gabriela Marinho de Souza, titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade;

X - Mariana de Oliveira Lima e Ana Claudia da Silva Santos, titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria das Culturas;

XI - Sílvia Branco, titular, representante da Secretaria de Esporte e Lazer;

XII - Robson Guimarães José Filho e Walkiria Nictheroy Oliveira, titular e suplente, respectivamente, representantes do poder legislativo.

Art 3º. O mandato das Instituições membros e dos indicados pelo Poder Público do Conselho Municipal de Juventude é de 24 meses, e passa a contar a partir da data de publicação.

Art 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Port. 08/2022 - Considera exonerado, a pedido, a contar de 07/01/2022, **MATTHEUS SILVA ALVES** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Despacho do Secretário
Reconsideração de Despacho – Indeferido – 20/6434/2021
COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR –
COPAD

ATO Nº 001/2022

PROCESSO Nº 020/006746/2021 - PORTARIA Nº 013/2022 - Designar JORGIANE SOARES PACHECO para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006184/2021 - PORTARIA Nº 1821/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND, para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006195/2021 - PORTARIA Nº 1820/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006193/2021 - PORTARIA Nº 1819/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006185/2021 - PORTARIA Nº 1811/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006190/2021 - PORTARIA Nº 1816/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006191/2021 - PORTARIA Nº 1817/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006189/2021 - PORTARIA Nº 1815/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006192/2021 - PORTARIA Nº 1818/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006186/2021 - PORTARIA Nº 1812/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006188/2021 - PORTARIA Nº 1814/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº 020/006187/2021 - PORTARIA Nº 1813/2021 - Designar CARLA MARIA ARMOND para atuar como secretária da referida Comissão.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta no processo nº 780000072/2021, relativo a contratação de empresa especializada para o fornecimento de alimentação para população em situação de rua acolhida em hotel, especificados e quantificados na forma da proposta de preços (Anexo 4) e Termo de Referência (Anexo 8), **homologo** o resultado da licitação, por **PREGÃO PRESENCIAL** sob o nº 040/2021, adjudicando o fornecimento à empresa **PCT 165 SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP – CNPJ Nº 14.197.283/0001-18**, para o único item no valor total licitado de R\$1.449.360,00 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil e trezentos e sessenta reais), de acordo com inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

EXTRATO Nº 319/2021

INSTRUMENTO: Termo de Contrato **SMASES nº 319/2021. PARTES:** Município de Niterói, pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, tendo como órgão gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e a empresa **NUTRIENTE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS E SERVIÇOS LTDA EPP - CNPJ Nº 04.197.132/0001-06** **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de alimentação institucional, com o fornecimento de equipamentos destinados à alimentação dos abrigos municipais de Niterói, na forma do Termo de Referência. **PRazo:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 1.277.844,80 (um milhão, duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos). **VERBA:** PT nº 16.72.04.122.0145.4192; CD: 3.3.3.9.0.30.00; Fonte 0.0.2.08, Nota de Empenho nº 000161/2021. **FUNDAMENTO:** com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Processo administrativo nº 780000198/2021. **DATA DA ASSINATURA:** 30 de dezembro de 2021. Omitido do Diário Oficial do dia 31/12/2021.

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/ 2021

Nego provimento ao recurso impetrado pela empresa WALE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME – CNPJ nº 26.086.779/0001-01, através do processo 020/006807/2021, para o Pregão Presencial nº 039/2021, com base no contido no parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATOS DO COORDENADOR DO ISS E TAXAS

030/016058/2021

“A Coordenação de ISS e Taxas torna público os seguintes termos fiscais, lavrados no processo administrativo 030016058/2021, todos referentes à empresa Doctor Vip Negócios e Gestão Empresarial Eireli, CNPJ nº 26.129.034/0001-74 e inscrição municipal nº 301267-2, por conta de o contribuinte não ter sido localizado no endereço cadastrado, a teor dos artigos 24, inciso IV, alínea “c” e 25, inciso IV, todos da Lei nº 3.368/2018. Notificação nº 11283, prorrogação de prazo de ação fiscal; Intimação nº 11282, reintimação da intimação 11250.”

SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Secretário Municipal de Educação, junto ao Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, concernente ao edital de nº 005/2021 do CONCURSO DE REMOÇÃO para outra Unidade de Educação, indeferem o recurso interposto pelo processo 210006343/2021.

Por conseguinte, torna-se definitiva a classificação publicada em D.O. de 23/12/2021.

ESCOLHA DAS VAGAS

Local: Rua São Pedro, 108 – Centro, Niterói, conforme cronograma abaixo:

DATA	PROFISSIONAIS	HORÁRIO
19/01/2022	PROFESSOR I - 1º ao 20º	9 horas
	PROFESSOR I - 21º ao 39º	13 horas
	PROFESSOR I - APOIO ESPECIALIZADO	15 horas
20/01/2022	PROFESSOR II	9 horas
	PEDAGOGO	10 horas
21/01/2022	AGENTE EDUCADOR INFANTIL	9 horas
	MERENDEIROS	9 horas
	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL	11 horas



AGENTE DE COORDENAÇÃO DE TURNO	14 horas
AUXILIAR DE PORTARIA	14 horas

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO N.º: 201/2021.

INSTRUMENTO: Termo de Reconhecimento de Dívida n.º 6/2021. **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Davita Brasil Participações e Serviços de Nefrologia Ltda. **PARTES QUE ASSINARAM O INSTRUMENTO:** Rodrigo Alves Torres Oliveira e Bruno Santos Haddad. **OBJETO:** Constitui objeto deste TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA o pagamento à DAVITA BRASIL PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS DE NEFROLOGIA LTDA. pela prestação de serviços especializados, de forma complementar ao SUS, na área de terapia renal substitutiva (TRS) - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia, discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista o cofinanciamento instituído pela Resolução SES n.º 1.910, de 20 de setembro de 2019, referente ao mês de outubro de 2019. **VALOR TOTAL:** R\$ 185.220,00 (cento e oitenta e cinco mil e duzentos e vinte reais). **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.04.122.0145.4192, Código de Despesa n.º 33.90.92.00, Fonte n.º 607, Nota de Empenho n.º 001086/2021. **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, bem como o processo administrativo n.º 200/10184/2021. **ASSINATURA:** 30 de dezembro de 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 200/16173/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO 27/2021

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO o resultado do procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 27/2021**, que visa a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADE SYLVIO PICAÑO (PESP), COM VISTAS À RENOVAÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS, UMA VEZ QUE OS ATUAIS PRECISAM SER SUBSTITUÍDOS EM VIRTUDE DE SEU TEMPO DE USO OU DESUSO**, adjudicando a(s) empresa(s):

- **BS EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 04.709.243/0001-54**, pelo valor total de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais),
- **OFFICE SOLUÇÃO EM COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI, CNPJ: 06.065.366/0001-25**, pelo valor de R\$ 30.697,00 (trinta mil seiscentos e noventa e sete reais),
- **VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ: 07.425.249/0001-98**, pelo valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais),
- **D3JF EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EIRELI, CNPJ: 10.921.809/0001-00**, pelo valor de R\$ 32.540,00 (trinta e dois mil quinhentos e quarenta reais),
- **216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 15.631.700/0001-51**, pelo valor de R\$ 4.060,00 (quatro mil e sessenta reais),
- **JJA BRASIZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E SERVIÇOS DE REFORMAS EIRELI, CNPJ: 26.649.615/0001-37**, pelo valor de R\$ 65.757,38 (sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos),
- **M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ: 31.499.939/0001-76**, pelo valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais),
- **VANESCA SILVA BATISTA, CNPJ: 37.261.083/0001-82**, pelo valor de R\$ 17.109,70 (dezessete mil cento e nove reais e setenta centavos).
- **NORDESTE MEDICAL, REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 20.782.880/0001-02**, pelo valor de R\$ 7.029,00 (sete mil e vinte e nove reais).

TOTALIZANDO R\$ 200.693,08 (duzentos mil seiscentos e noventa e três reais e oito centavos), com condições de entrega, validade e pagamento, conforme disposto no edital. **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 200/16173/2019.**

COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO ELETRÔNICO

Corrigenda

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

PREGÃO ELETRÔNICO ----- Nº: 361/2021

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTES DE REAGENTE PARA DETECÇÃO RÁPIDA E QUALITATIVA DO ANTÍGENO SARS-COV-2 EM AMOSTRAS COLETADAS EM SWABS NASAL/NASOFARINGE (TESTE RÁPIDO), COM RESULTADO EM ATÉ 15 MINUTOS, DESTINADA AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA INTERNACIONAL DECORRENTE DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Onde se lê: pregão eletrônico 36/2021, leia-se : pregão eletrônico 361/2021.

DATA DA REALIZAÇÃO: 18/01/2022; **HORA:** 10h; **LOCAL:** COMPRASNET; **PROCESSO Nº:** 200/6227/2021

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.niteroi.rj.gov.br ou na FMS – Niterói

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN

Despacho do Presidente

Convênio nº 01/21 que entre si celebram como Conveniente a CLIN - Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e do outro lado, como conveniada, a **ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE NITERÓI**; Objeto: O presente convênio tem por objeto a realização de serviços de limpeza pelo sistema de coleta seletiva, por parte da conveniente, ao passo que a conveniada prestará atendimento especializado nas áreas de saúde e reabilitação aos filhos de funcionários da conveniente, sem qualquer ônus financeiros para as partes. O prazo do convênio será de 12 meses, contados a partir da assinatura e se regerá pela lei federal de nº 13.303/2016; Ficam designadas como fiscais as funcionárias Fabielle Guimarães Tavares, Mat. 62901 e Júlia Machado Santos, Mat. 84464; Processo Administrativo de nº 520/000.984/21.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 21/2021; **PARTES:** EMUSA e PCE PROJETOS e CONSULTORIA de ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** A contratação de empresa especializada, para elaboração de Projeto Básico, de melhoria, de mobilidade e

qualidade urbana, da Alameda São Boaventura, no Município de Niterói/RJ; VALOR GLOBAL: R\$ 323.760,93 (trezentos e vinte e três mil setecentos e sessenta reais e noventa e três centavos) PRAZO: 03 (três) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: PT: 1051.15.182.0010.3008 ND: 4.4.90.51.00 FT: 138. FUNDAMENTAÇÃO: Convite nº 12/2021; DATA DO CONTRATO: 17/12/2021. Processo Nº. 510000973/2021.

Corrigenda

Na publicação do dia 04/03/2021, Port. 631/2021, onde se lê: FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO - 9, leia-se: FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 8.